

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **PET no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.218.351 - SP (2017/0314813-4)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**REQUERENTE** : PROLEITTE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ME  
**ADVOGADO** : MARIA MARTHA VIANA - SP074507  
**REQUERIDO** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ DE SOUZA SILVA - SP235952  
PAULO DÓRON REHDER DE ARAÚJO - SP246516  
CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR - SP247319  
PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO - SP312561

### **DESPACHO**

Trata-se de petição, nomeada de "tutela de vigência", ajuizada por PROLEITTE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ME, às fls. 544/547, na qual alega que o requerido "já ingressou com todas as medidas processuais cabíveis, porém meramente protelatórias, para retardar o cumprimento da obrigação de pagar" (fl. 545).

Enaltece que fatalmente deverá ser dado prosseguimento à execução, não podendo a insurgente aguardar o desmesurado protocolo de petições da outra parte, que já se arrasta desde 2012.

Enfatiza ser desnecessário o pagamento de caução para o prosseguimento da execução.

Pleiteia, ao final, a autorização para "dar continuidade à execução, através do imediato processamento do cumprimento de sentença, independentemente de prestação de caução" (fl. 546).

É o relatório.

De plano, convém destacar que, embora a peticionária verbere que o manejo de recursos pela outra parte caracteriza atitude protelatória, é de ver que o órgão fracionário desta Corte assim não entendeu. Inclusive, a Turma consignou no acórdão dos aclaratórios o seguinte (fl. 425):

(...)

2. Não obstante a rejeição dos aclaratórios, deixa-se de se aplicar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/15, pois, **em se tratando de primeiros embargos de declaração que não ostentam caráter manifestamente protelatórios, pressuposto para aplicação da medida, descabida a sua incidência neste momento.**

(...)

De fato, emerge dos autos que o requerido apenas ajuizou os recursos cabíveis, previstos na legislação processual, sem que se extraia da sua conduta, até o momento, qualquer intuito exclusivo de postergar o trânsito em julgado do feito.

Não bastasse, cuida esta Vice-Presidência somente do juízo de admissibilidade do apelo extraordinário, não figurando, por certo, como competente para apreciar pleito de expurgo da prestação de caução imposto na origem para o prosseguimento

# *Superior Tribunal de Justiça*

da execução pelo credor.

Por fim, é de ver que já se vislumbra o advento do trânsito em julgado na espécie, apenas no aguardo da interposição de eventuais embargos de declaração contra o acórdão do agravo interno, motivo pelo qual, também sob este aspecto, mostra-se descabida a pretensão do peticionário.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido.

Aguarde-se na Coordenadoria de Recursos Extraordinários o decurso do prazo recursal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente

